

# Resenha

Rafael Ilha Pinto<sup>1</sup>

AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando (Orgs.). **Corrupção e Sistema Político no Brasil**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2012.

*Corrupção e Sistema Político no Brasil*, organizado pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG, Leonardo Avritzer e Fernando Filgueiras, trata-se de um livro composto por nove artigos de diferentes pesquisadores que tem como objetivos fundamentais a descrição e a análise da ameaça recorrente de degradação do sistema político e da qualidade da democracia a partir dos casos sistêmicos de corrupção. Mais do que isso, o livro se propõe a contribuir para estabelecer o tema da corrupção como objeto de estudo científico no âmbito das Ciências Sociais, faz isso avaliando as consequências possíveis para a democracia e diminuindo a separação entre a impressão comum e periódica generalizada do problema do fenômeno social em si como objeto específico de análise acadêmica.

Para fins de melhor entendimento e compreensão, os autores dividem o livro em duas partes que apresentam abordagens epistemológicas diferentes sobre o problema: os quatro primeiros capítulos buscam avaliar os efeitos da corrupção na cultura política do brasileiro, os desdobramentos e as consequências que refletem na legitimidade e no reconhecimento das instituições políticas. Os cinco capítulos seguintes se detêm fundamentalmente em uma análise e na descrição da criação e do desenvolvimento de instituições de controle, investigação e fiscalização, que têm como objetivo enfrentar as ocorrências de corrupção, assim como, analisa as capacidades destas instituições de manter a probidade da coisa pública.

O debate sobre a corrupção é parte integrante da vida pública política brasileira, contudo, ao articular estas duas vertentes o livro tem a virtude de questionar o problema da corrupção em outras nuances que não apenas no

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política (UFRGS).

discurso corrente pautado pelos meios de comunicação de massas, ou mesmo, estritamente no campo do embate da luta institucional político-partidária. Não se detém em um mero inventário descritivo subsidiado por pesquisas de opinião sobre a percepção dos brasileiros quanto à corrupção, procura, mais do que isso, analisar e interrogar a própria construção do espaço público nacional e a razão política que perpassa o mundo da vida e se sedimenta na constituição da própria cultura política do brasileiro.

Teorizando no sentido de compreender os reflexos da corrupção e as ferramentas necessárias para combatê-la, no primeiro capítulo, Newton Bignotto procura estabelecer uma conexão dinâmica e intercruzada entre opinião pública e corrupção. Para tanto, coloca em foco e questiona a inserção efetiva dos cidadãos na vida pública e constituição do público, indaga e reflete sobre as condições estabelecidas de circulação das informações que subsidiam a tomada de posição e a construção da opinião pública. Com base em pesquisas feitas pelo Centro de Referência do Interesse Público-UFMG juntamente com o Instituto Vox Populi, Bignotto alerta para a ameaça ao estado de direito e, mais do que isso, às liberdades individuais, produzida pela corrupção. Contudo, entende o autor, que mais do que se preocupar com os índices internacionais, com questões de cunho jurídico e com o volume de recursos realmente desviados, como fazem alguns analistas, é necessário também analisar em profundidade a percepção que os brasileiros têm quanto ao problema da corrupção, tendo em vista a própria construção da opinião pública sobre o tema e o risco à democracia que pode advir de condições limitadas de informação e de inserção na vida pública.

No segundo capítulo, Leonardo Avritzer alerta para o desgaste que a corrupção provoca na capacidade das instituições de intervir legitimamente na sociedade. Segundo o autor, embora o presidencialismo de coalizão brasileiro tenha garantido certas condições políticas de governabilidade e de administração da máquina pública, o sistema tem sido continuamente desgastado pelos casos recorrentes de corrupção. Com base também em pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Referência do Interesse Público-UFMG, Avritzer aponta que mesmo com certa estabilidade política garantida pela governabilidade, é possível perceber um descontentamento na percepção da opinião pública sobre a política, o que implicaria certas mudanças no sistema político. Neste sentido, acredita ser necessária uma reforma política que implique uma relação mais transparente e independente entre os poderes da república (principalmente na relação Executivo-Congresso Nacional). O autor defende ainda uma mudança no

financiamento de campanha, fazendo a defesa do financiamento público como mecanismo para qualificar a representação e a participação política, e melhorar a impressão sobre o Congresso Nacional perante a opinião pública em geral.

Rachel Meneguello em seu artigo analisa a maneira como a percepção da corrupção afeta a cultura política dos brasileiros em relação ao apoio às instituições democráticas e ao sistema político de maneira geral. Com base também em pesquisas de opinião, Meneguello constata que os recorrentes casos de corrupção não tem afetado o comportamento eleitoral dos brasileiros. Contudo, ela identifica nas pesquisas uma zona nebulosa entre os juízos normativos quanto à corrupção e ao comportamento político imediato dos eleitores e o apoio ao sistema eleitoral. Para a autora é necessário aprimorar as instituições para diminuir a distância entre a percepção pública da política e o juízo moral feito dela da prática política em si.

Juarez Guimarães trata em suas páginas, por sua vez, da necessidade de reflexão e de conferir centralidade ao conceito de sociedade civil e de sua relação com o Estado. O autor faz uma crítica contundente à razão liberal e acredita que é necessário superá-la com as contribuições do conceito de sociedade civil assentados no republicanismo de Rousseau. Recuperando o republicanismo, o autor propõe a reflexão sobre o papel da sociedade civil, que se faz necessário para uma reconstituição de uma Razão Republicana em consonância com a democracia, conectando a dimensão institucional com a dimensão societária do público para a coordenação de mecanismos de controle da corrupção.

No quinto artigo, Rogério Arantes estuda o desenvolvimento e o aprimoramento mais recente da Polícia Federal no combate a corrupção, a importância da Constituição Federal de 1988 para o aperfeiçoamento da instituição e os movimentos de âmbito e escala pelos quais passou. De maneira mais objetiva, o artigo analisa três deslocamentos no arranjo institucional no que concerne ao combate à corrupção e ao crime organizado: da esfera cível para a criminal; do âmbito estadual para o federal; de sua desarticulação a uma maior relação com os órgãos de controle, aumentando assim a eficiência de suas ações.

Fernando Filgueiras traz importantes elementos de análise sobre o desenvolvimento das instituições de controle no Estado brasileiro, assevera que, com as reformas gerencialistas levadas a cabo pelos governos nas últimas décadas, houve um aumento significativo da transparência das ações e gastos públicos. Contudo, segundo o autor, com o aumento da transparência houve também um conhecimento melhor das atividades positivas, mas também dos

desvios do Estado. Com base nos limites do Estado e na ineficiência de punição se constituiu no Brasil democrático um acontecimento que o autor denomina de “política do escândalo”. O autor propõe, então, uma reflexão acerca do princípio da publicidade para além da transparência do gerencialismo e da burocracia estatal, mais que isso, um envolvimento da sociedade civil no controle e no combate à corrupção.

Izabela Moreira Corrêa em seu artigo examina as reformas administrativas levadas a cabo pelo governo e o processo de desenvolvimento de mecanismos de garantia da integridade pública, em especial aquelas com foco no controle da corrupção. A autora divide seu texto em dois momentos, em uma primeira seção ela avalia os avanços das instituições responsáveis por promover a integridade no serviço público e o estabelecimento de políticas de controle e prevenção da corrupção. Na segunda parte a autora se detém a apresentar um conjunto de desafios que ainda precisam ser superados e uma agenda de reformas necessárias.

No oitavo capítulo, a editora de política do jornal Valor Econômico, Maria Cristina Fernandes, apresenta a relação entre o jornalismo brasileiro e os escândalos de corrupção. A autora demonstra como: a imprensa no Brasil também interfere na disputa democrática pelo poder, a geração formada nos anos de ditadura ainda entende o jornalismo como denúncia, e não como informação, assim como, a defesa difusa da cidadania que a imprensa faz não desvenda os limites precisos da corrupção na sociedade e pouco soma à compreensão dos interesses e das relações que fomentam a corrupção.

Finalmente, o deputado alemão Tankred Schipanski, em seu artigo transcrito de uma palestra, discorre sobre a experiência alemã de combate à corrupção. Referindo-se em especial aos casos da Flick-Affair e Siemens, demonstra como na Alemanha a corrupção é enfrentada tanto na esfera do sistema político como também no domínio privado. Identificando, portanto, também nos mercados e nas corporações agentes potenciais de corrupção das sociedades e de subversão do império da lei e do estado de direito. Por fim, o autor defende que, na Alemanha, a meta principal é mudar as estruturas que possibilitam oportunidades de corrupção, pois muitas vezes é mais fácil combater a corrupção ao mudar as estruturas de oportunidades do que as pessoas envolvidas no trato da coisa pública.

A compilação de artigos que compõe o livro “Corrupção e Sistema Político no Brasil” aqui apresentado é um resgate analítico das instituições criadas nos

últimos anos no Brasil como política não apenas de governo, mas de Estado, para coibir e mitigar a corrupção sistêmica no Brasil. O livro mais do que fazer um inventário dos casos de corrupção e a conseqüente repercussão na opinião pública a partir de sondagens, propõe-se a analisar cientificamente o fenômeno. Demonstra que a corrupção fere a qualidade da democracia e a legitimidade da política e das instituições, afetando assim a própria capacidade das instituições de definir e tornar acessível o espaço público no país. O livro apoia ainda uma visão da corrupção como mais do que um problema administrativo ou criminal, e sim, um problema de cunho político, que exige uma resposta política que estabeleça uma concepção político-moral da coisa pública.

Texto enviado em: 21/04/2014

Aceito em: 22/07/2014